



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

LEI Nº 2.183/2014, de 25 de Junho de 2014.

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DE LGTBs E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos de LGTBs, órgão consultivo vinculado à Gerência Municipal dos Direitos LGTBs, da Secretaria Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres, com as seguintes atribuições:

I - assessorar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse das pessoas LGTBs;

II - propor ao gerente da Gerência Municipal dos Direitos LGTBs o desenvolvimento de atividades que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política do segmento LGTB;

III - analisar e avaliar propostas de parcerias, convênios, termos de cooperação e outros afins que forem endereçados à Gerência Municipal dos Direitos LGTBs;

IV - propor, avaliar e acompanhar a realização de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e atualização, na sua área de atuação, a serem ministrados no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, bem como da sociedade civil (organizações não governamentais);

V - fomentar o estabelecimento de laços de cooperação entre a Gerência Municipal dos Direitos LGTBs e as instituições acadêmicas, autárquicas, organizações profissionais, empresariais, culturais e outras relacionadas às suas atividades;

VI - pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo gerente da Gerência Municipal dos Direitos LGTBs;

VII - colaborar na defesa dos direitos das pessoas com orientação LGTB, por todos os meios legais que se fizerem necessários;

VIII - elaborar seu regimento interno.

Parágrafo único. Poderá o Conselho manter contato direto com as diversas Secretarias, Autarquias e Empresas Municipais, objetivando o efetivo suporte para as propostas encaminhadas à Gerência Municipal dos Direitos LGTBs.

Art. 2º. O Conselho Municipal dos direitos de LGTBs, de composição paritária, será integrado por 10 (dez) membros, sendo 5 (cinco) do Poder Público Municipal e 5 (cinco) da sociedade civil, com os respectivos suplentes, assim definidos:

I - pelo Poder Público Municipal, um representante de cada um dos seguintes órgãos:

- a) da Secretaria de Cidadania e Promoção Social;
- b) da Secretaria Municipal da Saúde;
- c) da Secretaria Municipal de Educação;



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

d) da Secretaria Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres. (Gerência Municipal dos Direitos LGBTs).

e) da Secretaria Municipal de Cultura.

II - pela sociedade civil, um representante de cada um dos seguintes segmentos: dos "gays", das lésbicas, dos bissexuais, dos travestis e dos transexuais.

Art. 3º. Os representantes da Administração Municipal e seus suplentes serão designados pela Secretária Executiva Municipal das Mulheres, a partir de indicações feitas pelos Titulares dos órgãos referidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso I do artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único. O representante do Poder Público Municipal no Conselho, referido da alínea "d" do inciso I do artigo 2º desta Lei, será o gerente da Gerência Municipal dos Direitos LGBTs.

Art. 4º. Os representantes da sociedade civil e seus suplentes serão eleitos pelo Movimento LGBT de Cajazeiras e pela Associação do Orgulho LGBT de Cajazeiras e indicados à Secretaria Executiva Municipal das Mulheres, para que seja feita as nomeações.

Art. 5º. O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitidas reconduções.

Parágrafo único. As funções dos membros do Conselho serão consideradas serviço público relevante, vedada, porém, sua remuneração a qualquer título.


Art. 6º. A Secretária Executiva de Políticas Públicas das Mulheres propiciará ao Conselho as condições necessárias ao seu funcionamento, inclusive disponibilizando o local e a infraestrutura para a realização das reuniões.

Art. 7º. As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentária próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA em, 25 de Junho de 2014.


FRANCISCA DENISE ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA
Prefeita Constitucional